

# **NÃO PENSO, LOGO, NÃO EXISTO! - A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA EPISTEMOLOGIA DO SILÊNCIO**

## **DO NOT THINK, THEN, DO NOT EXIST! - VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE SILENCE EPISTEMOLOGY.**

Gabriella Barbosa Santos<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho tem por escopo investigar a violência perpetrada contra a mulher no acesso e produção do conhecimento científico, através de mecanismos de exclusão, opressão e manipulação de sua existência enquanto sujeito de direito cognoscente, configurando o que definimos como epistemicídio feminino. A ausência imposta às mulheres no desenvolvimento epistemológico fora fruto, em larga medida, da necessidade de seu afastamento das estruturas de poder, banhadas historicamente pelo patriarcalismo/machismo. O androcentrismo marca o paradigma científico moderno, em sua natureza, ocidental, eurocêntrica, androcêntrica, misógina e racista. O cânon filosófico é misógino, reforçado por uma plêiade de pensadores clássicos que, em sua maioria, cunharam os caminhos da Filosofia: de Platão a Freud. Nesse sentido, o arcabouço referencial utilizado para a construção da presente proposta passa pela abordagem desconstrutivista de Michel Foucault e sua denominada ontologia do presente, pela violência simbólica masculina sobre o feminino em Bourdieu, pela misoginia e epistemicídio no pensamento feminista (Butler, Haraway, Tiburi, entre outras), com contornos propositivos calcados na sociologia das ausências e ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos. A imposição do silêncio e, portanto, da ausência do conhecimento feminino no percurso epistemológico ocidental, macula a construção do pensamento humano, extirpando do sujeito de direito epistemológico feminino o pensar e, portanto, o existir.

**Palavras-chave:** Violência; Mulher; Ciência; Epistemologia.

### **ABSTRACT**

This work has the purpose to investigate the violence perpetrated against women in access to and production of scientific knowledge, through mechanisms of exclusion, oppression and manipulation of its existence as a subject of knowing the right, setting up what we define as feminine epistemicide. The absence imposed on women in epistemological development had been the result largely of the need for his removal from power structures, historically bathed

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Professora do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB-Campus IV. E-mail: gabiprojur@gmail.com.

patriarchy / sexism. The Androcentrism marks the modern scientific paradigm, in its nature, western, Eurocentric, androcentric, misogynist and racist. The philosophical canon is misogynist, reinforced by a host of classical thinkers who, in most cases, have coined the paths of philosophy: from Plato to Freud. In this sense, the reference framework used for the construction of this proposal involves the deconstructive approach of Michel Foucault and its called ontology of the present, symbolic violence by male over female in Bourdieu by misogyny and epistemicide in feminist thought (Butler, Haraway, Tiburi , among others), with contours propositional rooted in the sociology of absences and ecology of knowledge Boaventura de Sousa Santos. The imposition of silence and, therefore, the absence of women's knowledge in the Western epistemological route macula construction of human thought, excising the subject of women's rights epistemological thinking, the existence.

**Keywords:** Violence; Woman; Science; Epistemology.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma inquietação proveniente do percurso filosófico trilhado durante o curso de Metodologia da Pesquisa em Direito, do Mestrado em Direito Público da Universidade Federal da Bahia – UFBA, quando tivemos a oportunidade de dialogar com o pensamento filosófico moderno e pós-moderno, através de uma plêiade de pensadores que sagraram seus contributos à epistemologia, contribuindo, inclusive para as nossas perspectivas e olhares acadêmicos. Contudo, denotamos que a construção da filosofia moderna, para além de centralizada na epistemologia do norte, é marcada pelo poder masculino, cujo maior expoente está na dominação do discurso científico e pelo discurso científico, alijando do acesso e produção do conhecimento, o sujeito de direito epistemológico feminino.

Em que pese não haver divergências quanto à relação entre o sujeito que pesquisa e o seu objeto pesquisado, já que esta relação ocorre no binômio sujeito-sujeito, afiançamos que o presente trabalho tem como ponto de partida o lugar comum de quem o talha, considerando que todo olhar científico é comprometido. A misoginia é o bastante para comprovar. Nesse sentido, pode-se considerar que os argumentos aqui, para além de construídos com base na pesquisa filosófica moderna, estão, de certo modo, albergados pela legitimidade “da” sujeito que os sustentam.

O recorte metodológico que balizará o desenvolvimento deste trabalho terá como ponto de partida a violência epistêmica contra a mulher (epistemicídio<sup>2</sup> feminino), reforçado pelo paradigma científico moderno, - modelo ocidental pensado a partir do conceito universal

---

<sup>2</sup> A palavra epistemicídio fora cunhada na seara acadêmica pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, correspondendo às formas de conhecimento alijadas nos modelos filosóficos.

de homem: o ser do sexo masculino, eurocêntrico, branco, heterossexual, civilizado, machista, cristão, androcêntrico, misógino e do hemisfério norte.

Soa estranho que grande parte dos filósofos iconoclastas que descortinaram o mundo ocidental e contribuíram para a (i) maturidade racional humana, silenciaram, muitas vezes de modo violento, o papel da mulher enquanto sujeito de direito epistemológico. Para além disso, deterministas e misóginos quando da investigação sobre as temáticas femininas, enquanto objetos de estudos. Quase tudo o que fora dito sobre a mulher, não tivera a legitimidade discursiva do sujeito falante.

Desde a tríade que orientara o pensamento filosófico moderno ocidental – Platão, Sócrates e Aristóteles, a ausência do lugar de fala e do pensamento fora imposto às mulheres. O próprio Sócrates sacramenta o silêncio feminino na produção do conhecimento, quando, minutos antes de ingerir o veneno que o levava ao suicídio, solicita às mulheres presentes que se retirem, consoante relata Platão no Fédon. Só os homens acompanharam suas construções filosóficas em vida e seu ritual de morte, exercício público destinado ao homem. A tríade do pensamento moderno ocidental sustentara a plêiade filosófica que a sucederia.

De Descartes a Freud, o panorama do silêncio, da apropriação e da violência circunda a epistemologia moderna. Vozes quase unânimes na sustentação do binarismo objetivado (tão bem representado na dicotomia alma/corpo, público/doméstico) e da insignificância do sujeito feminino enquanto ator epistêmico, cuja origem pode estar, para além de outros fatores, na relação mal resolvida com o útero e o que talvez o órgão represente no inconsciente masculino em termos de poder.

Nesse sentido, a perspectiva aqui adotada para analisar a misoginia, o machismo e o androcentrismo no percurso epistemológico, utilizará como vetor a ontologia do presente representada por Foucault, o descortinamento do epistemicídio feminino, tão bem referenciados pelas autoras feministas Butler, Haraway e Tiburi, entre outras, bem como, a proposta emancipatória da epistemologia de Boaventura de Sousa Santos, através da sua sociologia das ausências, pensamento pós-abissal e ecologia dos saberes.

E como ecologia dos saberes, a presentificação da ausência epistêmica feminina precisa ser evidenciada, especialmente no processo da ecologia do reconhecimento, que, para além de garantir a diferença e a quebra de hierarquia entre os sujeitos, precisa reconhecer a violência, apropriação e a imposição do silêncio feminino na produção e no acesso ao conhecimento.

Entretanto, não será tarefa deste trabalho, em razão de sua limitação e da correlação com o conceito (cultural) de gênero, tecer análises em torno da construção de uma

epistemologia feminina que encampe os interesses das mulheres e outras categorias historicamente subordinadas.

Parafrazeando Freud e, de certo modo, tentando respondê-lo: - O que querem as mulheres? Diria que pensar, falar sobre o que pensam e existir. A proposta é pela definição de um outro sujeito de direito cognoscente que não seja o não-homem.

## **2. A EPISTEMOLOGIA DO SILÊNCIO E DA AUSÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO EPISTEMOLÓGICA MASCULINA**

Em primeiro lugar, importa ressaltar que a leitura realizada em torno do tema proposto tem por espeque compreender o epistemicídio feminino enquanto contingência histórica, que sagra a usurpação da presença das mulheres no acesso e produção do conhecimento. Tal compreensão parte de um lugar de fala próprio, carregado de legitimidade e, portanto, inquietação.

Com espeque na abordagem desconstrutivista, a análise do tema tem como ponto de partida o pensamento foucaultiano, através da denominada ontologia do presente ou ontologia histórica de nós mesmos, contraposta à perspectiva retroativa e continuísta da história, compreendendo-a enquanto acontecimento, e a noção de práticas da liberdade, enquanto experiência limite.

[...] é preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula: é preciso concebê-la como uma atitude, um ethos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível (FOUCAULT, 2000, pg. 351).

Para Foucault (2004, p. 295) é necessário: “Mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiro, por evidentes, certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída”.

A fabricação epistemológica do modelo cientificista ocidental moderno precisa ser desconstruída, desmontando as práticas discursivas estabelecidas de noções como sexo e/ou gênero, impositoras do antagonismo entre homens e mulheres. E é na noção da linguagem como experiência limite, realizada como prática discursiva que se passará a questionar a supremacia do sujeito androcêntrico em detrimento do sujeito de direito cognoscente - mulher. Por suposto, desentocar o pensamento forjado ao longo do tempo impõe um

compromisso crítico e, como em Foucault, radical, através da releitura perene do que parece já dado e pacífico.

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê; fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica - e a crítica radical - é absolutamente indispensável para qualquer transformação (FOUCAULT, 2004, p. 180).

Como em Foucault, também aqui, a miragem crítica tecida é arqueológica - onde os discursos que articulam nosso pensamento constituem acontecimentos históricos e, genealógica, em busca dos fatos desconsiderados, aniquilados pela história tradicional, através da análise das formas de poder e as condições que permitem sua emergência: “(...) estudá-las, portanto, como relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário se opõem (...)” (FOUCAULT, 1997, p. 71).

Como quase todas as relações de dominação, a subordinação do feminino pelo masculino também está calcada na imposição de poder. A única saída que há para o feminismo filosófico é a genealogia da história onde as mulheres foram evitadas como sujeitos políticos, o que exige a compreensão dos subterrâneos do poder biopolítico. É ele, como cálculo do poder sobre o corpo e sobre a vida, sobre a sexualidade e a maternidade (cristalizado na construída imagem das mulheres como seres belos e feitos para o agrado dos homens) que define o lugar que lhes foi destinado na sociedade patriarcal.

O mesmo patriarcado que sustenta o feminino, por outro lado, aniquila a mulher que o guarda. O feminino é a categoria usada para definir o que existe sem que possa existir. Pérola biopolítica. A permissão para “ser mulher” obedece à proibição de se ser livre e soberana sobre seu próprio corpo, em outros termos, de se ser mulher em outro sentido, sem que se precise confirmar um padrão hetero imposto (TIBURI, 2007, p. 1-2).

A perspectiva de gênero, enquanto edificação de masculinidade e feminilidade, culturalmente variáveis, encontra no *locus* do discurso o justificante para a estruturação de dominação simbólica, consoante ocorre com outras relações assimétricas, a exemplo de classe e raça. Relações desiguais produzidas discursivamente.

O gênero é, portanto, produzido nas relações que se estabelecem entre mulheres e homens, relações quase sempre desiguais, o que implica considerar o “fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em e por este mundo” (SCOTT, 1990, p. 7).

Segundo Foucault (2005, p.55), os discursos são práticas que “formam sistematicamente os objetos de que fala. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o

que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”.

[...] aos modos como as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência; sem processo de significação não há sentido [...] uma teoria que não leve (a linguagem) em consideração não saberá perceber os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas, e os conceitos jogam na definição das personalidades e da história humanas. (SCOTT, 1990, p. 11-12).

Consoante aventado, o espaço não preenchido pelas mulheres na filosofia possui diversas concausas e perpassa pelos motivos que Tiburi (2007, p. 2) elenca, a começar pela carência de produção literária e que, sob a ótica genealógica, precisa ser desconstruída:

A ausência histórica das mulheres da filosofia pode ser explicada de muitos modos. O primeiro motivo a ser levantado é, portanto, o silêncio feminino facilmente observável na um tanto escassa produção de livros e textos. As mulheres filósofas são poucas e de produção quase rara relativamente aos homens. É claro que falo aqui em termos quantitativos. Não é possível dizer que as mulheres escreveram muito para acobertar uma acusação de inferioridade intelectual - argumento que, mesmo comum, não encontraria sustentação -, nem é possível dizer, entretanto, que não escrevessem ou participassem da fundação da tradição da filosofia. É preciso enfrentar a questão do silenciamento. Apenas a desmontagem desse processo histórico, por meio de uma genealogia que procura verificar seus elementos originários sempre presentes e renascentes na atualidade, permitirá compreender, pela via negativa, a verdade oculta na produção do silêncio imposto.

Nesse sentido, ao se reconstruir o processo histórico em busca dos elementos genuínos desse silêncio, revelar-se-ão as mordanças impostas às mulheres, em volta das quais se desenhou uma nada óbvia ideia de “natureza feminina”, limitada aos comandos ditados pelo homem. Não deixando de reconhecer a participação das mulheres na filosofia e demais campos sociais, Tiburi (2007, p. 2) destaca, contudo, que este “desenvolvimento” ocorrera pelas portas do fundo.

As mulheres, é certo, participaram da filosofia pela entrada se serviço, assim como de todos os setores da vida produtiva e ativa das sociedades. A improdutividade das mulheres - que não se esqueça - não pode ser avaliada sem a procura por aspectos que tocam na fundamentação dos movimentos da história. A alegação de que as mulheres tenham sido, ao longo do tempo, seres do silêncio por sua própria natureza ou que, na divisão do trabalho, tenham ficado com as tarefas do corpo, da procriação, da casa, da agricultura, da domesticação dos animais, por questões sempre naturais, perde sua validade.

Por fim, a autora assevera que a construção quase idílica em torno da natureza humana (contrapondo feminino e masculino) serviu e tem servido como retórica utilitarista para a exclusão das mulheres da produção e acesso ao conhecimento.

A produção do ideal da "natureza feminina", assim como de uma "natureza do homem" ou mesmo uma "natureza humana" serve à delimitação do humano segundo a utilidade necessária à constituição e ao interesse do poder e seus guardiões. Os filósofos sempre tocaram com essa questão na produção do humano por meio de sua definição. As mulheres sempre representaram mais do que a cultura excluída da cultura, ou da cena dos meios de produção e do conhecimento: as mulheres representam a humanidade excluída da humanidade. (TIBURI, 2007, p. 2)

A distinção de gênero e sua aparente neutralidade, tanto não passaram despercebidas pelos filósofos, que foram talhadas por seus olhares, instituindo e normatizando um dos polos como dominante e regulador, gestor da oposição em causa (elemento forte, dominador e elemento fraco, dominado). O polo masculino é então imposto como modelo a ser exemplado e seu oposto (feminino), percebido enquanto negação ou falha (FERREIRA, 2014, p. 139). O binarismo ganha o universo filosófico, cuja maior repercussão fora sentida durante a vigência do paradigma científico ocidental moderno.

Para além da misoginia como fator estruturante do pensamento ocidental moderno, a sua simbiose em espaços de relações sociais racistas ganha uma feição muito mais violenta, afinal, se mulheres são o que dos homens não vingara, o que dizer das mulheres negras que desafiam a lógica da ciência euroreferenciada, cristã, heterossexual, misógina e racista.

É nesse sentido que Carneiro (2005, p. 114) atualiza o conceito de epistemicídio cunhado por Boaventura, na perspectiva do silêncio do pensamento e fala da mulher negra, asseverando a inexistência de uma dimensão única de análise em torno do androcentrismo, deveras diversificado e, muitas vezes, conturbado. Para a autora, “o epistemicídio se realiza através das múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, (...) como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do negro”.

Há que se evidenciar que referidas personagens são contribuintes intelectuais da formação de muitos povos, a exemplo do Brasil, o que desautoriza sua invisibilidade e seu tratamento enquanto conhecimentos periféricos. As mulheres negras são sábias construtoras do conhecimento oral, por exemplo, condensando em si, todos os olhares acerca do mundo.

O reposicionamento de “saberes sepultados” que compõem o patrimônio político/cultural e libertário do povo negro, expressam um projeto de investimento no resgate de uma “linhagem de pensamento e ação”, e conseqüentemente de afirmação de sujeitos do conhecimento historicamente desprezados”. (CARNEIRO, 2007. p. 12):

Portanto, perquirir acerca dos fundamentos primeiros do androcentrismo na história do pensamento ocidental não é tarefa simples, considerando suas variantes perspectivas, que ora se apresentam. Através da religião, por exemplo, pode-se deslindar a relação entre a ciência e o masculino, através do que Chassot (2003, p. 4) chama de nossa tríplice ancestralidade: grega

(os mitos e as concepções de fecundação de Aristóteles), judaica (a cosmogonia, particularmente a criação de Adão e Eva) e cristã (explicações emanadas do judaísmo, a radicalidade de interpretações, como a dos teólogos eminentes).

Da relação que a mitologia grega tece entre os homens e os deuses, surge uma versão mítica acerca da origem das mulheres, que as responsabiliza por todos os males surgidos no universo.

[...] No princípio, os mortais (os humanos) conviviam com os imortais (os deuses nascidos da Terra e do Céu), divididos em linhagens paralelas e algumas vezes se estabeleciam conflitos entre os deuses e os humanos. Estes diferentes gêneros de seres – mortais e imortais – formavam uma sociedade homogênea em que reinava felicidade. Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos. Depois de sucessivas lutas Zeus resolve dar um castigo a aqueles que estavam felizes com o presente de Prometeu: dá-lhes a mulher. Esta se chama Pandora e traz consigo uma caixa fechada, de onde deixará escapar todos os males (CHASSOT, 2003, p. 4).

Nesta mesma mitologia grega, marco paradigmático do pensamento filosófico ocidental, apesar de alçarem a condição de deusas (Atena, Afrodite, Pandora, Gaia, etc), apenas Atena representara a inteligência e o pensamento, por ocasião de ter nascido da cabeça de seu pai, Zeus. Então como mito, o silêncio sobre o pensamento feminino pousou em solo epistemológico.

A ideia de inferioridade da mulher no acesso e produção do conhecimento fora alimentada desde a Antiguidade Clássica, notadamente através da sustentação de elementos binários, fundados na oposição e na identidade. Para Judith Butler, Platão, ao realizar a distinção ontológica entre corpo e mente (alma), se escora em relações subordinadas e hierarquias políticas e psicológicas:

[...] A mente não só conjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas no campo da filosofia e do feminismo. Resulta que qualquer reprodução acrítica da distinção corpo/mente deve ser pensada em termos de hierarquia de gênero que essa distinção tem condicionalmente produzido, mantido e racionalizado (BUTLER, 2003, p. 32).

Em A Lei, Platão tece referências explícitas sobre a diferença existente entre homens e mulheres. Ao referenciar a inferioridade destas, destaca a necessidade de produção legislativa para elas, já que as ignorando, cairia a cidade em desordem:

Em virtude da fraqueza ingênita, o sexo feminino é naturalmente mais dissimulado e artificial, como também difícil de dirigir. Por isso, erradamente o legislador negligenciou nessa parte e o entregou à sua desordem muito própria. Dessa negligência muitos abusos se insinuaram entre vós outros, que em grande parte não teriam chegado até nosso tempo, se a lei a isso se opusesse. De fato, não é um descuido apenas pela metade, como se poderia crer, deixar de regulamentar a vida das mulheres. Quanto à mulher, em relação à virtude, é naturalmente inferior ao homem, tanto a diferença nesse ponto atinge mais do dobro. Para o bem da cidade,

só fora de proveito reconsiderar essa parte e regulamentar, de uma vez, todas as práticas comuns aos homens e às mulheres (PLATÃO, 1980, p. 781).

Na mesma esteira Aristóteles, ao difundir a não plenitude da mulher na base racional da alma - o *logos*, grassou a misoginia nas tábuas da filosofia clássica. Sua percepção ontológica acerca do feminino aduz que a mulher seria a experiência masculina que não lograra êxito, como se fosse um desvio, uma falha, um homem incompleto, ou macho mutilado.

[...] há por natureza uma parte que comanda e uma parte que é comandada, às quais atribuímos qualidades diferentes, ou seja, a qualidade do racional e a do irracional [...]. Logo, há por natureza várias classes de comandantes e comandados, pois de maneiras diferentes o homem livre comanda o escravo, o macho comanda a fêmea e o homem comanda a criança (ARISTÓTELES, 1985, p. 1260).

Portanto, desde os primórdios do pensamento filosófico e literário, toda a fala masculina acerca da mulher restringe-se aos padrões do universo varão, calcados na castração da palavra feminina e, por conseguinte, exclusão do acesso ao conhecimento, ao mundo social e político. E para uma civilização que elevou o espaço político a um patamar de excelência, vide o ideal de democracia grega, não gozar deste espaço correspondia a não estar inserido na orbe humana.

No próprio pensamento cristão, enternecido pelo direito divino, de inspiração tomista, prevalece a hegemonia masculina na produção do conhecimento sob todas as matizes e justificações. Em sendo o homem à imagem e semelhança de Deus e tendo a filosofia, de certo modo, debruçado sobre tais questões metafísicas, intuiu-se, por suposto, que o homem branco seria a imagem de deus, sendo ambos, um só (ambos “deuses”). Ou seja, ele é o padrão que deve guiar os demais sujeitos epistemológicos.

A narrativa da criação que está no Gênesis marca a tradição judaica e é incorporada à cultura cristã. A mulher é produzida do homem, e criada a partir de uma costela sua. Vale aqui abrir um destaque para registrar que, em culturas anteriores a nossa (judaico-cristã, cujo deus criador é masculino), existem outras leituras fundantes muito diferentes acerca da divindade, a exemplo de deusas, seres hermafroditas ou casais.

Mas os autores sagrados dos textos que inspiram a nossa tradição ofereceram outro motivo muito fecundo motivo para discriminação. Eva torna-se a responsável pela perda do paraíso. Fora ela que dera crédito à serpente. O versículo do Gênesis (3,16), quando Deus dá o castigo a Eva pela transgressão “A paixão vai te arrastar para teu marido, ele te dominará” não poderia ser mais explícito para marcar as relações de dominação e dependência da mulher ao homem, anunciando previamente que a mulher sofreria muito na gravidez e daria luz entre dores (CHASSOT, 2003, p. 5).

Para São Tomás de Aquino, as leis que regem a humanidade seriam baseadas ou no direito eterno, natural, divino ou humano. Na haste do sistema estaria a lei eterna, que

irradiava sua influência sobre as leis naturais e divinas, cuja imaculabilidade lhe era característica. Na base da cadeia estaria a lei humana, com toques de imperfeição e variabilidade, também submissas às naturais e divinas, sob pena de figurarem fora do sistema jurídico. A lei (direito) eterna, natural, divina ou humana estava subordinada ao homem, já que este constructo hierárquico-jurídico tem por base o discurso e as tônicas retóricas que lhes são peculiares. A figura da mulher só vai aparecer aqui como objeto de dominação masculina.

A potência geratriz da mulher é imperfeita em relação à do homem. Por isso, assim como nas artes, a arte inferior dispõe a matéria na qual a superior infunde a forma, como diz Aristóteles, assim também a virtude geratriz feminina prepara a matéria, enquanto que a masculina informa a matéria preparada (AQUINO apud PEGUÉS, 1942. p. 1265-1273).

No livro sagrado dos cristãos, que repousa suas raízes na lei mosaica, ao ditar as normas de conduta de alguns povos, cristalizou a odiosa insignificância feminina. Através do mito criacionista, o deus (onisciente, onipresente e onipotente) teria criado o mundo, o homem e deste (este), a mulher. Uma lógica em que o útero passa a dar lugar à costela e o pecado passa a ser condição *sine qua* ao ser humano, por ter-se deixado seduzir pela mulher (a Eva). Ambos expulsos do que se convencionara chamar de paraíso, a mulher passa a estar ligada ao prazer, ao sexo, à natureza, à carne, ao pecado, razão pela qual, fez-se imperioso normatizar esses seus domínios e enquadrá-los em padrões androcentricamente estabelecidos.

O mito da Criação implicou um ardil para a história das mulheres (SCHIMIDT-PANTEL, 2003, p. 136), pois os argumentos retirados desses textos contribuíram para fundamentar as representações cristã, judaica e muçulmana sobre a diferença dos sexos, tendo alimentado a misoginia, da qual a própria Igreja Católica é herdeira. (LIMA & TEIXEIRA, 2008, p. 114).

Santo Agostinho sedimentou a misoginia que ancorou a teologia por vários séculos. Para o religioso, toda a explicação acerca dos problemas vividos pela humanidade teriam, como causa primeira, o pecado cometido por Eva: “Não em vão disse o Apóstolo: *Adão não foi enganado; por sua vez, a mulher sim*. Eva tomou por verdadeira as palavras da serpente e Adão não quis romper o único enlace mesmo na comunhão do pecado” (AGOSTINHO, 1990, p. 150).

Sob a ótica epistemicida, os homens não apenas excluía o intelecto feminino de cena, como também imbuía aos seus corpos o processo de tortura física, atitude comum durante a Idade Média, quando a Igreja Católica instituíra o Tribunal do Santo Ofício, responsável, por, entre outros, julgar os então considerados “hereges”, condição atribuída a qualquer sujeito que ousasse discordar do pensamento vigente - masculino. Nesse sentido, as

mulheres foram sentenciadas e queimadas vivas em macabros rituais de fogueira. Sua conduta antijurídica estava na vivência filosófica e prática sob perspectivas não opressoras.

E o exemplo mais notório desta violência epistêmica repousa na edição da obra intitulada “O Martelo das Bruxas”, de 1486, que figurou como o instrumento legitimador da caça às mulheres, por ocasião do conhecimento e poderes que possuíam, temidos e rechaçados pela ordem vigente. Seus ditames impactaram em boa parte da Europa, despontando como o livro mais acessado depois da bíblia, onde os procedimentos variavam da instauração da acusação, passando por torturas até a incineração na fogueira. Desse modo, o *Malleus Maleficarum* pode ser considerado como o segundo capítulo do livro do Gênesis, reforçando a ojeriza pela figura feminina, caracterizando-a como a única responsável pelas ações nocivas ao homem e à natureza, notadamente por ocasião de sua sexualidade não normatizada.

De acordo com Muraro (1997. p. 15-16), são teses centrais da obra acima mencionada, entre outras:

- 3) [...] Pela sexualidade o demônio pode apropriar-se do corpo e da alma dos homens. Foi pela sexualidade que o primeiro homem pecou e, portanto, a sexualidade é o ponto mais vulnerável de todos os homens.
- 4) E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (as feiticeiras). E as mulheres têm mais convivência com o demônio “porque Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto nenhuma mulher pode ser reta.”
- 5) A primeira e maior característica, aquela que dá todo o poder às feiticeiras, é copular com o demônio. Satã é, portanto, o senhor do prazer.
- 6) Uma vez obtida a intimidade com o demônio, as feiticeiras são capazes de desencadear todos os males, especialmente a impotência masculina, a impossibilidade de livrar-se de paixões desordenadas, abortos, oferendas de crianças a Satanás, estrago das colheitas, doenças nos animais etc.
- 7) E esses pecados eram mais hediondos ao que os próprios pecados de Lúcifer quando da rebelião dos anjos e dos primeiros pais por ocasião da queda, porque agora as bruxas pecam contra Deus e o Redentor (Cristo), e portanto este crime é imperdoável e por isso só pode ser resgatado com a tortura e a morte.

No século XIII, a Igreja Católica proibira as mulheres de ministrarem os sacramentos, pregarem ou exercerem o sacerdócio, além de perseguir os grupos religiosos femininos à margem dos padrões ortodoxos (beguinhas<sup>3</sup> e bruxas) (RICHARDS, 1993, p. 83-84).

Desse modo, todo o panorama que circunda a ciência, de modo especial, o conhecimento androcêntrico moderno, tem por vetor as circulações de poder. Por isso, a ciência é contestável: “Nessas visões tentadoras, nenhuma perspectiva interna é privilegiada,

---

<sup>3</sup> As beguinhas eram beatas que praticavam uma vida dedicada aos doentes e pobres, renunciando a toda sorte de prazer, sem, contudo, viverem enclausuradas, nem realizarem votos públicos. Em 1311, o Concílio de Vienne condenou-as por perigo de heresia.

já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade” (HARAWAY, 2014, p. 3).

Especialmente em se considerando que os atributos do poder são dirigidos pelo jogo retórico, portanto de linguagem, do lugar de (quem) fala, de uma fala pretensamente verdadeira, a objetividade, através da codificação binária dos elementos discursivos lança sua tônica.

[...] Deste ponto de vista, a ciência - o jogo real, aquele que devemos jogar - é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. Tais convicções devem levar em conta a estrutura dos fatos e artefatos, tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento. Aqui, artefatos e fatos são partes da poderosa arte da retórica. Prática é convicção e o foco é muito na prática. Todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico. O programa forte da sociologia do conhecimento junta-se aos adoráveis e sujos instrumentos da semiologia e da desconstrução para insistir na natureza retórica da verdade, aí incluída a verdade científica (HARAWAY, 2014, p. 10).

Podemos fazer um aporte do epistemicídio feminino com a sociologia das ausências descritas por Boaventura de Sousa Santos quando analisa a centralização da produção do conhecimento científico no hemisfério norte ocidental (epistemologia do norte), evocando o ausente para o presente. “Há cinco formas de ausência que criam esta razão metonímica, preguiçosa e indolente: o ignorante, o residual, o inferior, o local ou particular e o improdutivo” (SANTOS, 2007, p. 32).

A relação das mulheres com o chamado “conhecimento científico” é de complexo desvelamento, porquanto, sua ausência fora imposta no acesso ao conhecimento e, por conseguinte, na produção do conhecimento, inclusive os conhecimentos sobre si mesmas, enquanto sujeitos/sujeitos epistemológicos.

Uma imposição de um silêncio que se pretendia regulatório, dentro do paradigma moderno, cuja função estaria em sobrestar suas pretensões emancipatórias. Nesse contexto, as linhas abissais que separam o discurso hegemônico das outras práticas epistemológicas, detectadas nessa análise panorâmica, caso não reveladas, continuarão impondo o dito e o não dito em torno do constructo feminino no conhecimento e, no conhecimento filosófico. Esse risco já está sedimentado enquanto realidade no panorama do Direito, por exemplo.

No campo do direito moderno, este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos.<sup>6</sup> Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e

o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito (SANTOS, 2009, p. 26).

Para além disso, tanto a linha abissal jurídica quanto a epistemológica foram forjadas com base na apropriação do domínio do pensamento filosófico e na violência epistemicida feminina, ao impor-lhes o silêncio e a ausência.

A apropriação e a violência tomam diferentes formas na linha abissal jurídica e na linha abissal epistemológica. Mas, em geral, a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimónias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adopção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial (SANTOS, 2009, p. 29).

Para o sociólogo português, uma das heranças deixadas pelo positivismo fora a nossa incapacidade para trabalhar com os objetos ausentes, o que, para ele, representa um desperdício. Diante dessa constatação, ele propõe que sejam substituídas as monoculturas pelas ecologias do saber, objetivando presentificar as experiências ausentes. Seriam elas: a ecologia dos saberes, ecologia das temporalidades, ecologia do reconhecimento, ecologia da transescala e ecologia das produtividades.

Sua proposta, por suposto, tem como pano de fundo, a presentificação das ausências impostas à outros paradigmas do conhecimento pelo paradigma moderno (ocidental). Contudo, dentre as características apontadas no bojo de cada ecologia, não encontramos a presentificação do feminino, enquanto conhecimento. O diálogo entre o saber científico e os demais saberes não toca nesse aspecto, tampouco, no reconhecimento de outras temporalidades, já que, sua ocorrência, por si só, não teria o condão de investigar, publicizar e reparar a ausência para o feminino. No mesmo sentido, a transescala e a produtividade, genéricas por demais, apesar de facilitarem os processos de rompimentos, em virtude da capilaridade que possibilita.

Talvez a ecologia do reconhecimento se aproxime mais desse anseio de reparo histórico, incitando a quebra das hierarquias como condição para a aceitação das diferenças. Contudo, encontramos aqui algumas possíveis variantes problemáticas, no sentido de condicionar um processo que não pode ser estabelecido de modo único, já que o inverso pode acontecer, a exemplo dos trabalhos de todas as matizes que são realizados no sentido da desmistificação de algumas alegorias em torno do gênero e o reforço de outras como forma de reconhecimento e

afirmação, apesar da perpetuação das hierarquias. Uma outra questão pode estar relacionada ao risco de se generalizar o discurso da diferença quando a igualdade pedir passagem.

Para Santos (2007, p. 29-30), ao trazer as ausências à lume, abre-se espaço para que a co-presença igualitária se imponha, bem como, dignifica a lógica da incompletude como condição primeira para as intervenções possíveis no mundo.

Aqui reside o impulso para a co-presença igualitária (como simultaneidade e contemporaneidade), e para a incompletude. Uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada porque qualquer descrição completa das variedades de saber não incluiria a forma de saber responsável pela própria descrição. Não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos. Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos. Todos os conhecimentos são testemunhais porque o que conhecem sobre o real (a sua dimensão activa) se reflecte sempre no que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (a sua dimensão subjectiva).

Nesse sentido, propõe-se a presença do debate em torno do epistemicídio feminino dentro da ecologia do reconhecimento, conferindo-lhe autonomia para dialogar com as demais ecologias, influenciando-as e sendo, por elas influenciada. A ideia de reconhecimento também perpassa pela necessário reconhecimento da imposição da ausência do feminino nos espaços de poder, sobretudo e, aqui, o espaço epistemológico. A condução de um desvendamento-reparação em todos os espaços onde o processo de conhecimento possa ter influenciado, especialmente a Filosofia.

Quando se reproduz a miragem masculina no trem filosófico, deixando de resgatar o pensamento feminino ou o debate sobre a usurpação do mesmo e o do que fora construído em torno dos seus elementos, enquanto objetos de pesquisa, impede-se a vivência com a sociologia das ausências e a reparação emergente.

### **3. O EPISTEMICÍDIO FEMININO NO PARADIGMA MODERNO E O BINARISMO DOS CORPOS**

Consoante advertido nos introitos do presente trabalho, ao discorrer sobre a violência contra a mulher no acesso e produção do conhecimento científico, estaremos nos referindo, prioritariamente, ao paradigma filosófico moderno ocidental, europeu, androcêntrico, heterossexual e branco, artífice do epistemicídio feminino, ainda reproduzido em nossos espaços acadêmicos.

Para tanto, pensando no alijamento do povo negro da condição de sujeitos epistêmicos frente à modernidade (que o diga a condição da mulher negra), há que se romper com a

reprodução caricatural e obscena do pensamento filosófico eurocêntrico, consoante alertado por Fanon (2002, p. 275).

Como visto, desde a antiguidade clássica, enquanto berço da filosofia ocidental, passando pela plêiade de iconoclastas do pensamento moderno, a imposição do silêncio feminino na ciência tem sido uma constante, reforçada pela construção da sexualidade e pelo discurso científico falocêntrico, reificador do masculino em detrimento do feminino.

A tradição ocidental conceitua epistemologia como o ramo da filosofia que se ocupa do conhecimento humano, sua natureza e limitações, também compreendida como teoria do conhecimento. Falar em epistemologia requer, portanto, uma incursão nas investigações em torno do conhecimento e de seus artífices, em sua esmagadora maioria, filósofos (do sexo masculino). Esta mesma tradição advoga o consenso de que a moderna filosofia teria iniciado com o francês René Descartes (1596-1650), por ter conduzido a filosofia à viragem epistemológica. Nesse sentido, intitulam-no enquanto “pai da filosofia moderna”, expressão androcêntrica que reputa a alguém a alcunha de criador.

O ceticismo metodológico em Descartes representa não a descrença em tudo o que investiga, mas a dúvida em relação ao conhecimento que não seja inflexivelmente evidente. Em seu Discurso sobre o método, o filósofo francês entabula regras que orientam o desvendar do conhecimento, especialmente a regra primeira que dispõe:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele (DESCARTES, 2014, p. 11).

Questiona-se qual teria sido a “invidiabilidade” que autorizou a exclusão da mulher na ciência e da ciência? Quais os critérios utilizados pelo paradigma moderno para estabelecer o afastamento destas personagens no manusear científico, em equidade com seu pesquisador-sujeito? Qual o sentido de centenas de correntes de pensamento suprimirem essa presença tornando-a, de todas as maneiras, silenciada? Teria havido “pressa” em sustentar tal afirmativa durante séculos?

No mesmo sentido, a terceira regra ao estabelecer, presumidamente, a necessária ordem entre os que, naturalmente não se precedem. E nesse sentido, toda ordem é cultural.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros (DESCARTES, 2014, p. 11).

Enquanto herdeira do cartesianismo e filha do racionalismo, a ciência ocidental moderna empenhou-se em omitir diversos sujeitos de direitos epistemológicos como estratégia para a manutenção do poder, criando, neste caso, um curioso paradoxo frente à quarta regra metodológica, aqui colacionada: “E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir” (DESCARTES, 2014, p.11).

Para além disso, é na máxima cartesiana, “Penso, logo existo” que podemos condensar o epistemicídio feminino. Ao enunciar tal verdade primeira, Descartes lança as bases para o “desejo” do conhecimento (masculino). Entretanto, quem não pensa, não produz. Se mulheres não podem acessar (desejar) o conhecimento e, por conseguinte, são impedidas de manuseá-lo, o cartesianismo sê-lhes aplica a face inversa da verdade primeira: “Não penso, logo, não existo”.

Segundo o registro ocidental, as primeiras universidades foram criadas no século XIII, registrando a presença de mulheres apenas no final do século XIX (Suíça – 1860; França – 1880 e Alemanha - 1900). No Brasil, apenas no final do século XIX<sup>4</sup>. Tal “atraso” na inserção feminina no acesso e produção do conhecimento, além de cristalizar paradigmas dominantes ocidentais e nortistas, fora responsável pelo epistemicídio das mulheres. Até conseguirem suas titulações e adentrarem no mercado de trabalho, todo sortilégio de guerra contra as mesmas fora patrocinado, sob o argumento de seu acesso ao conhecimento configurar um “perigo social”.

Em meados do século XIV, devido a uma grave crise econômica, a mulher foi banida do mundo do trabalho e reclusa ao lar. A subordinação feminina era quase que total. Elas foram excluídas de atividades que desde tempos remotos, realizavam, como, por exemplo, a Enfermagem. As universidades, instituições criadas no século XIII, Também foram proibidas as mulheres (BAUER, 2001, p. 15).

A ciência moderna fora alicerçada, sobretudo através de elementos binários, constituídos em torno de oposição, identidade, sujeitos divididos, diferença e silêncio, travestidos de significantes dentro de um campo imaginário, quase cósmico. Códigos consagrados sob o manto da objetividade, mas reveladores de uma hegemonia caricatural do pensamento científico. A modernidade, portanto, precisa ser colocada sob suspeita e, como conseqüência lógica, as verdades que produziu.

Os empiristas também contribuíram para esse silêncio epistemológico, advogando a existência de uma hierarquia natural entre os sexos. Locke, além de reiterar tal submissão, pressupunha que as mulheres precisariam estar sob o controle e o cuidado masculino, por,

---

<sup>4</sup> A primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia, em 1887, na faculdade de medicina.

entre outros, reputá-las inaptas para viver, na prática, o contrato político. Nesse sentido, separa o espaço público (para os homens) do doméstico (para os homens e seu exercício de poder sobre as mulheres).

82. Marido e mulher, embora tenham um interesse comum, possuem entendimentos diferentes, e não podem evitar, às vezes, de terem também vontades diferentes; é preciso então que uma determinação final – isto é, a regra – seja colocada em algum lugar, e esta cai naturalmente sobre o homem, como sendo o mais capaz e o mais forte (LOCKE, 2006, p. 57).

Em Rousseau (mais um “genitor” na filosofia moderna, o pai do contrato social), sua consternação existencial, ao descrever sobre o ruptura do estado original de igualdade, até poderia encontrar guarida, caso não contraditasse com outras nuances do seu pensamento: “[...] a pior desordem; assim as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus”(ROUSSEAU apud LIPOVETSKY, 1997, p. 19).

Este mesmo e colérico Rousseau, ao discorrer sobre a mulher, impõe-lhe o silêncio, ditado pelo que chama de razão: “Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão, essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão”. (ROUSSEAU apud LIPOVETSKY, 1997, p. 19). Se a desigualdade é da razão – que ao que parece não é cria humana, segundo Rousseau, que razão teria para a mulher não ter razão quanto à injusta desigualdade a ela imposta?

“Toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes úteis, fazerem-se amar e honrar por eles, educá-los em jovens, tratá-los em adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida agradável e doce, eis os deveres das mulheres em todas as épocas” (ROUSSEAU apud LIPOVETSKY, 1997, p. 20).

Analisando alguns excertos do pensamento de Friedrich Nietzsche denota-se que, apesar do seu anúncio sobre o “novo homem”, parecia este corresponder ao ser do sexo masculino. Em Nietzsche, o homem é educado para a guerra e a mulher educada para o descanso do guerreiro.

A estupidez na cozinha; a mulher como cozinheira; a ausência manifesta de pensamento com que é efectuada a alimentação da família e do dono da casa! A mulher não entende o que significa a comida, e quer ser cozinheira! Se a mulher fosse uma criatura com capacidade para pensar, teria encontrado, sendo cozinheira, já há milhares de anos, os maiores factos fisiológicos e poderia ter-se apoderado da arte da medicina! Através de más cozinheiras, através da completa falta de razão na cozinha, o desenvolvimento do homem foi, durante muito tempo, retardado e prejudicado da pior maneira: hoje, as coisas não estão muito melhor. Um discurso para alunas de colégio (NIETZSCHE, 1996, p. 193).

De fato, denota-se uma aproximação entre a construção do mito Apolo-Dionísio em Nietzsche e a relação perversa homem-mulher. Neste mito, o homem representa a figura de

Apolo (a argila mais nobre) e o seu outro, os devaneios dionísicos (fruto da costela do produto da argila), para a exultação de seu criador: “O homem não é mais artista, é obra de arte; a potência artística da natureza inteira, para a máxima satisfação do Uno Primitivo, aqui se externa sob os estremecimentos da embriaguez. A argila mais nobre, o mármore mais precioso aqui é trabalhado. É o homem” (NIETZSCHE, 2006, p. 41).

Vejamos suas considerações acerca do espírito apolíneo da ordem, da racionalidade e da harmonia intelectual (homem) e o espírito dionísico da vontade de viver espontânea, do excesso, da irracionalidade, da natureza arrebatada (mulher). Apolo torna-se o contraponto de Dionísio.

Consideramos até o momento o Apolíneo e seu contraste, o Dionísico, como forças de arte que emergem da própria natureza sem mediação do artista humano, e nas quais se contentam por enquanto e de modo direto os seus impulsos artísticos, por um lado como o mundo configurado pelos sonhos, cuja perfeição sem encontra sem qualquer relação com a elevação intelectual ou a formação artística individual, por outro lado, como verdade embriagadora, que também não leva em consideração o indivíduo, mas que chega a procurar destruí-lo e redimi-lo por um sentimento místico de união (NIETZSCHE, 2006, p. 41).

Contudo, em que pese esta relação quase que contraditória entre seus mitos, Nietzsche não os aparta. Quem o faz, segundo o filósofo, é o também responsável pela decadência da tragédia, o outro filósofo – Sócrates que, ao encarnar o espírito apolíneo, nega o espírito dionísico, por ocasião de sua aversão às paixões e toda a relação direta com o corpóreo. Para a salvação socrática da alma (mente), há que romper com os desvios do prazer do corpo: “[...] Também Eurípedes era, em certo sentido, somente uma máscara: a divindade que fala por sua boca não era Dionísio, nem tampouco Apolo, mas sim um demônio que acabava de nascer, chamado Sócrates. Esta é a nova antítese: o dionisíaco e o socrático, e a obra de arte da tragédia pereceu por causa dela” (RODRIGUES, 1998, p. 68).

A tragédia grega pereceu diferentemente de todas as outras espécies artísticas irmã, mais antigas; ela pereceu por suicídio, em virtude de um conflito insolúvel, quer dizer que morreu tragicamente; enquanto que todas aquelas expiraram em idade avançada, sofrendo a morte mais agradável e calma possível. Pois se é condigno a um feliz estado da natureza sair da vida com bela descendência e sem luta, então nos demonstraram as antigas espécies artísticas tal estado feliz da natureza (NIETZSCHE, 2006, p. 104).

A posição de prevalência do homem diante dos demais membros da família também aparece em Hegel, por mais que pretenda não estabelecer diferenças entre os gêneros. Em seu conceito de família como pessoa jurídica, o homem surge como seu representante (“chefe”), em razão de sua “natureza provedora”.

As mulheres são passíveis de educação, mas não são feitas para atividades que demandam uma faculdade universal, tais como as ciências mais avançadas, a filosofia e certas formas de produção artística. As mulheres podem ter idéias felizes, gosto e elegância, mas não podem atingir o ideal. (HEGEL, 2010, p. 37)

Como mais um “pai” do pensamento ocidental moderno, Sigmund Freud (pai da psicanálise) se debruçou sobre a psiquê feminina, concluindo, entre outros, que as mulheres possuem menos interesses sociais do que os homens, reduzida capacidade de sublimação, evolução mais curta e inveja do membro sexual masculino. De acordo com o psicanalista, a rapariguinha seria um homem em ponto pequeno.

[...] Há muito tempo compreendemos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pelo fato de a menina ter a tarefa de abandonar o que originalmente constituiu sua principal zona genital – o clitóris – em favor de outra, a vagina. Agora, no entanto, parece-nos que existe uma segunda alteração da mesma espécie, que não é menos característica e importante para o desenvolvimento da mulher: a troca de seu objeto original – a mãe – pelo pai (FREUD, 1931, p. 233).

Apesar de defender a bissexualidade como inclinação em ambos os sexos, Freud sustenta que a atividade da mulher se dá no aleitamento e não na relação sexual. O medo da castração masculina encontra seu correspondente nas mulheres no que ele chama de cobiça do pênis, encontrando na vida sexual estabilizada a compensação para esta frustração. Está eminentemente no falo sua diferenciação em torno das categorias masculino e feminino. Por suposto, o complexo de castração feminino fora objeto de severas críticas desconstrucionistas.

Dado que Freud não tem, na realidade qualquer prova objetiva realmente importante a oferecer para apoiar sua noção de inveja do pênis ou do complexo de castração feminino, não se pode deixar de pensar que o subjetivismo que preside à análise dos acontecimentos é o do próprio Freud, ou então provém de um forte preconceito masculino e até mesmo de um preconceito de supremacia masculina bastante acentuado (MILLET apud MITCHEL, 1979, p. 369).

A psicanálise conferiu, então, seu contributo para a imposição do silêncio feminino e do discurso falocêntrico.

As mulheres são o ‘sexo’ que não é ‘uno’. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar. Nesse sentido, as mulheres são o sexo que não é ‘uno’, mas múltiplo. Em oposição a Beauvoir, para quem as mulheres são designadas como o Outro, Irigaray argumenta que tanto o sujeito como o Outro são os esteios de uma economia significante falocêntrica e fechada, que atinge seu objetivo totalizante por via da completa exclusão do feminino (BUTLER, 2003, p. 28-29).

Sobre o mito da objetividade e a filosofia codificadora androcêntrica, a lucidez de Haraway (2014, p. 2):

A pesquisa feminista acadêmica e ativista tentou repetidas vezes responder à questão sobre o que nós queremos dizer com o termo, intrigante e inescapável, “objetividade”. Temos gasto muita tinta tóxica e árvores transformadas em papel para difamar o que eles queriam dizer com o termo e como isso nos machuca. O “eles” imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios; o “nós” imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo,

um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos, nos quais uma revista de circulação de "massa" pode alcançar alguns milhares de leitores, em sua maioria com ódio da ciência. Eu, pelo menos, confesso que essas fantasias paranóicas e ressentimentos acadêmicos espreitam sob algumas reflexões intrincadas impressas com meu nome na literatura feminista sobre a história e a filosofia da ciência. Nós, as feministas nos debates sobre ciência e tecnologia, somos os "grupos de interesse especial" da era Reagan no âmbito rarefeito da epistemologia, no qual o que tradicionalmente tem vigência como saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento.

Diante do epistemicídio declarado às mulheres em todos estes séculos, as máximas de neutralidade e objetividade na ciência, necessariamente devem ser postas em cheque, considerando que o padrão de normatividade científica sedimenta-se, entre outros, na misoginia que, no âmbito das relações de poder, usurpam das mulheres a sua condição de sujeito do conhecimento: “Sua amnésia é estratégica e serve para assegurar as bases patriarcais do conhecimento” (GROSZ, apud ALCOFF, POTTER, 2006, p. 206).

Para além dos pressupostos já citados acerca da misoginia no discurso filosófico, o epistemicídio feminino também está localizado na edificação do ideal de mulher relacionado a conceito (s) de corpo, convertendo-as em belo sexo. A filosofia e as artes cumpriram o papel de afastá-las do conhecimento, restando-lhes o silêncio e/ou a produção em silêncio.

Contra estes corpos, apartados da consciência e do conhecimento pelo sujeito epistemológico dominante, foram dirigidas as mais variadas e violentas formas de domesticação e docilização. Corpos apoderados, conhecimento sobre estes corpos subtraídos de legitimidade e pretensamente distorcidos. Se a mente está ligada ao pensamento e se quem pode pensar, existe, na dicotomia entre corpo/mente, destinara-se às mulheres a lógica do corpo. Esta dicotomia, entre tantas outras relações binárias, alimentou variados pensadores.

A relação entre mulher e homem está, geralmente, fundamentada na relação entre corpo e alma. Neste contexto, surge a discussão sobre a corporeidade. A alma não apenas se distingue do corpo, como também está ligada tradicionalmente à racionalidade, ao universal, ao masculino. O corpo físico encontra-se associado à sensibilidade, ao particular, ou seja, ao feminino. De um lado, encontram-se os homens, com a linguagem filosófica e o conhecimento. De outro lado, estão as mulheres com a linguagem da poesia e da música. No que diz respeito à mulher instruída, Kant ironiza: “ela se serve de seus livros da mesma forma como se serve de seu relógio: ela o usa para que se veja que tem um, pouco se importando que, em geral, ele esteja parado ou que não marque a hora certa (ANDRIOLI, 2014, p. 2).

As verves dicotômicas cunhadas pelos homens – vítima/culpada, santa/pecadora, frágil/forte edificaram ao longo da história a representação em torno da mulher, tendo em Eva e Maria seus principais expoentes simbólicos, atraindo, também, sobre elas, sentimentos ambíguos (amor/ódio). Quando Delumeau discorre sobre a mulher como “agente de Satã”, analisa estas ambiguidades, associando-as às forças da natureza, devido ao seu poder de

fertilidade, e conseqüente papel na reprodução da espécie. A mulher representaria um mistério para o homem (racional e apolíneo), provocando-lhe medo frente ao desconhecido, o que garantiria sua superioridade sobre ela (instintiva e dionisíaca) (VASCONCELOS, 2005, p. 2).

[...] Tu deverias usar sempre o luto, estar coberta de andrajos e mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa de ter trazido a perdição ao gênero humano  
[...] Mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de Satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina (DELUMEAU, 1990, p. 316).

A ideia do pecado, que tem origem no feminino, de acordo com a tradição religiosa, aproxima-se do discurso do prazer carnal, estabelecendo relação direta com o corpo, razão pela qual, os homens envidariam sacrifícios para mantê-las puras. Na mulher, o corpo teria lugar de proeminência e, no homem, os atributos da mente e, portanto, do pensamento. Sobre esses corpos, boa parte da tradição filosófica se ocupou. E enquanto filhas de Eva, portadoras de corpos indóceis e pecadores, deveriam ser domesticados, pelos homens: “Não sabes (mulher) que és Eva, tu também? (...) Tu és a porta do diabo, tu consentiste na sua árvore, foste a primeira a desertar a lei divina” (TERTULIANO apud DALARUM, 1990, p. 35).

E aqui antecipamos Kant e suas representações sobre o feminino, através das qualidades do “belo”, mesmo termo utilizado por Rousseau no Emílio: honestidade, piedade, compaixão e solicitude. O sublime estaria no sexo masculino.

Uma mulher na qual as amenidades que condizem com o sexo feminino deixam sobressair principalmente a expressão do sublime, chama-se bela em sentido próprio; aquela, cujo perfil moral, como é notado no semblante e nos traços faciais, anuncia a qualidade do belo, é agradável, e, quando em grau elevado, fascinante (KANT, 1993, p. 57).

Afirma-se que em Kant, ambos os sexos podem se influenciar (do belo ao sublime). Contudo, não parece que esta influência se dê em níveis de igualdade. As carências femininas (conhecimento) seriam supridas pelo seu equivalente masculino.

Uma mulher se sente pouco embaraçada por ser desprovida de grandes ideias, ou por se mostrar receosa com ocupações importantes ou despreparadas para elas, etc. É bela e agrada – e basta. Em contrapartida, exige do homem todas essas qualidades, e a sublimidade de sua alma revela-se apenas em saber apreciar essas nobres qualidades, tão logo devam encontrar-se nele (KANT, 1993, p. 62-63).

Está no sublime e não no belo o conhecimento profundo acerca das coisas. E o sublime é masculino: “A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego, como a senhora Dacier, ou que trave disputas profundas sobre mecânica, como a marquesa de Châtelet só pode mesmo faltar uma barba, pois com essa talvez consigam exprimir melhor o grau de profundidade a que aspiram”. (KANT, 1993, p. 49). A natureza feminina não compete se ocupar destas questões.

A lógica kantiana sobre o esclarecimento encontra na liberdade seu ancoradouro: “E a mais inofensiva entre tudo aquilo que possamos chamar liberdade, a saber: a de fazer uso público de sua razão em todas as questões”. (KANT, 1974, p. 104). A questão que se coloca é se este ideal iluminista de liberdade também contemplaria a mulher.

Em que pese as controvérsias quanto à misoginia em Kant, não restam dúvidas que ela espreita a sua conceituação sobre o matrimônio e a educação feminina, esta última, por ele reconhecida enquanto superficial: “O conteúdo da grande ciência feminina é antes, o ser humano e, dentre os seres humanos o homem, e sua filosofia não consiste em raciocinar, mas em sentir.”(KANT,1993, p. 50).

Na *Metafísica dos Costumes*, Kant revela sua perspectiva sobre o matrimônio, onde o direito do esposo sobre a esposa prevalece em nome da superioridade daquele quanto ao melhor cumprimento dos interesses da família. E quando a mulher aposenta o seu status de “belo” por ocasião da velhice, nada mais lhe apetece que não a leitura dirigida por seu marido-mestre. Portanto, a liberdade kantiana é paradoxal, pois esbarra no sujeito feminino e lhe impõe concessões.

Ninguém pode me constranger a ser feliz a sua maneira (como ele concebe o bem estar dos outros homens), as a cada um é permitido buscar a sua felicidade pela via que lhe parecer boa, contanto que não cause dano à liberdade dos outros (isto é, ao direito de outrem) aspirarem a um semelhante, que pode coexistir com a liberdade de cada um, segundo uma lei universal possível. (KANT, 1988, p. 75).

A lógica binária entre corpo e alma advoga em favor desta última, por estar tradicionalmente vinculada à racionalidade, universalidade e ao masculino. Para o corpo, a sensibilidade, o feminino. A mente na mulher não convive em harmonia com seu copo, pois quando um, não o outro. Ou a razão ou a beleza. Eis os condicionantes para a inferioridade do outro sexo. E quando os iluministas se propõem a declamar direitos de igualdade entre os gêneros, o fazem sustentando suas figuras como complementos recíprocos (não tão recíprocos assim), reafirmando as diferenças biológicas e, portanto, suas funções diferenciadas: à mulher, o doméstico; ao homem, o público.

Em Merleau Ponty, encontramos a objeção entre a separação do corpo e da mente, ordens estas que precisam ser articuladas sem que haja a prevalência de uma sobre a outra, pois ambas são dimensões constitutivas de um único fenômeno.

[...] Nesse medida, toda percepção é uma comunicação ou uma comunhão, a retomada ou o acabamento, por nós, de uma intenção alheia ou, inversamente, a realização, no exterior, de nossas potências perceptivas e como um acasalamento de nosso corpo com as coisas. Se não se percebeu isso mais cedo, foi porque os prejuízos do pensamento objetivo tornavam difícil a tomada de consciência do mundo percebido. A função constante do pensamento objetivo é reduzir todos os fenômenos que atestam a união do sujeito e do mundo, e substituí-los pela idéia clara do objeto como em si e do sujeito como pura consciência. Ele rompe portanto

os elos que unem a coisa e o sujeito encarnado e, para compor nosso mundo, só deixa subsistir as qualidades sensíveis, por exclusão dos modos de aparição que descrevemos (...) (PONTY, 1999, p. 429).

Sua crítica, por suposto, repousa na objetividade cartesiana do pensamento, razão pela qual, propõe outra percepção de consciência, onde residem, conjuntamente, o cogito (alma) e o corpo, apesar de não ter superado a desigualdade de gênero: “um doente sente uma segunda pessoa implantada em seu corpo. Ele é homem em uma metade de seu corpo, mulher na outra metade” (PONTY, 1999, p. 131).

Por fim, encontramos em Pierre Bourdieu a ideia de socialização dos corpos, quando de sua análise sobre a lógica da dominação simbólica masculina no sistema capitalista:

[...] Como explicar que a visão androcêntrica sem atenuantes nem concessões de um mundo no qual as disposições ultra-masculinas encontram as condições mais favoráveis a sua atualização nas estruturas da atividade agrária - ordenada de acordo com a oposição entre o tempo do trabalho, masculino, e o tempo da produção, feminino -, e também na lógica de uma economia de bens simbólicos plenamente concretizada, possa ter sobrevivido às profundas mudanças que afetaram as atividades produtivas e a divisão do trabalho, relegando a economia dos bens simbólicos a um pequeno número de ilhas, cercadas pelas águas geladas do interesse e do cálculo? (BOURDIEU, 1998, p. 89).

A função da mulher estaria reservada, então, à manutenção do capital simbólico em poder dos homens, circulando enquanto mercadorias.

O corpo biológico socialmente modelado é um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (BOURDIEU, 1998, p. 156).

No mesmo sentido, Elias (1990, p. 479):

No processo civilizador, a sexualidade foi transferida para um imaginário que existia por detrás da cena da vida social, e as relações entre os sexos, foram segregadas. À medida que os interesses econômicos constituíam uma aparelhagem para produzir discursos sobre sexo como um tema do “interesse público”, mecanismos de poder gerenciavam o funcionamento do discurso sobre o sexo e reafirmavam uma ideia de gênero. A partir do século XVIII passou-se a acreditar que a sociedade construiria o seu futuro e sua fortuna não somente sobre o número de seus cidadãos mas também sobre como cada qual usava o seu sexo. Assim, através da economia política da população formou-se uma rede de observações sobre o uso e controle da prática sexual dos cidadãos, tomando a questão de gênero, como objeto de disputa pública.

A dominação masculina, para Bourdieu configura um modo particular de violência simbólica, onde o poder inflige significações, como se legítimas fossem, dissimulando as relações de força que se auto sustentam, infiltradas no pensamento e concepções de mundo.

Nesse sentido, e retomando o pensamento do mestre Boaventura, pensar a epistemologia e o arcabouço filosófico que a baliza perpassa, necessariamente, pela análise e reconhecimento de que a produção secular do conhecimento científico fora confiscada por uma lógica binária

perversa, banhada pela hegemonia no/do poder, sustentando linhas abissais invisíveis. E essa presentificação da ausência torna-se imprescindível, sob pena de não se oportunizar a pluralidade do debate sobre a verdade, já que, boa parte dos sujeitos epistemológicos foram ausentificados por outros sujeitos epistemológicos dominantes, com base na apropriação e na violência. Eis o cerne do epistemicídio feminino.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O paradigma epistemológico moderno ocidental, filho da tríade filosófica grega (platônica, aristotélica e socrática), forneceu inúmeras contribuições para vida em sociedade, cunhando na história diversos institutos, instrumentos e valores passíveis de emancipar o ser humano. Contudo, este processo não se dera de forma linear, tampouco democrática, considerando a dominação do conhecimento por determinado sujeito de direito epistemológico, mediante supressão solapadora de outros saberes e sujeitos cognoscentes – epistemicídio.

Epistemicídio dos povos do sul, do povo negro e das mulheres. O domínio do conhecimento científico e, portanto, do discurso filosófico representou a mácula de grande parte da história do pensamento. Este trabalho pretendeu analisar a epistemologia do silêncio, através da arqueologia/genealogia e, portanto, do percurso histórico-filosófico trilhado, capitaneado pelo sujeito masculino, que binarizou a ciência moderna, estabelecendo a dicotomia homem/mulher, corpo/mente, público/doméstico. E sendo o corpo, o ausente e o doméstico a lógica binária feminina, sobre esse corpo recairiam todas as formas de opressão perpetradas contra esse sujeito não-homem.

Assim sendo, como ao sujeito desse corpo não seria permitido o acesso ao conhecimento, o estudo do seu corpo e o que ele porta de alma ficariam a cargo desse sujeito cognoscente dominante/hegemônico. Toda a história acerca do feminino, enquanto gênero, fora construída sobre o masculino. Para além da ausência de legitimidade no lidar com a análise do objeto (que é sujeito-sujeito) investigado, está a incidência da misoginia no conhecimento que fora construído sobre o universo feminino, sedimentado, na mesma toada, a androgenia e o machismo.

A genealogia da história emerge como carro chefe nesse processo de desvendamento da dominação epistêmica moderna ocidental, conduzida pela miragem arqueológica, ferramenta para articulação dos pensamentos através do discurso-acontecimento histórico e pela miragem genealógica, escavadora dos fatos sepultados pela história ocidental moderna. São relações de forças que, segundo Foucault se entrecruzam. Todo o pano de fundo que envolve a hegemonia

androcêntrica repousa no exercício do poder. O não dito sobre a ausência do sujeito político mulher nos bastidores e frentes do poder, encontra seu maior impacto no acesso e produção do conhecimento.

Em Pierre Bourdieu há um sinal da presentificação da ausência quando da sua análise em derredor do exercício do poder através da violência simbólica contra o feminino, comum ao sistema capitalista, em sua ótica temporal. A retirada do pensamento da mulher na história do mundo ocidental e a manipulação em torno do seu universo encontraram grande alicerce na filosofia, que sustentara o patriarcado e sua imposição binária, relegando à mulher o espaço do doméstico-afetivo-filial-subserviente, necessária aos homens eminentemente por aspectos utilitários. Tiburi foi muito bem em sua constatação sobre o feminino enquanto categoria utilizada para definir o existente sem que este possa existir. Esta passa a ser uma demanda do movimento pela emancipação feminina, contra o discurso biopolítico misógino.

Ser mulher, com todas as limitações impostas pelo sujeito masculino, corresponde, ainda, a um permissivo conferido por este, dentro de uma lógica de não liberdade, traduzida pelo domínio usurpador do seu corpo, compreendido também como mente. Portanto, a permissão para ser mulher, esteve (está), condicionada ao modelo de feminino imposto por um padrão machista, misógino e androcêntrico.

A filosofia que se pretende comprometida com a busca pela verdade e que se finca na modernidade sobre o parâmetro cartersiano que sagazmente intuiu que o existir estaria no pensar, quebra com o seu método lógico-dedutivo-objetivo, por construir seus pilares através de um caminho unilateral, violento, apropriador e antidemocrático, tristemente travestido de verdade. Em uma certa medida, Descartes, o genitor dos modernos fora visionário: se pensar é existir, a mulher não pensa, portanto, não existe.

Nesse sentido, a metodologia científica então cunhada é uma parte apenas da história do conhecimento. Uma parte regida pela violação do lugar de fala do outro, em nome de uma ânsia dominadora do maior instrumento de libertação das espécies (sobretudo a humana) – o conhecimento. Manter o dito e o não dito sobre quase a metade da população mundial, sufocando seu pensamento, é propositadamente invisibilizar o que não tinha como deixar de ser fisicamente visto, razão pela qual, invisibilizou-se o pensamento.

Todo esse processo promoveu um intenso desperdício de experiência, tanto por inobservância da igualdade epistêmica, quanto pela ilegitimidade discursiva em searas distorcidas. De Platão a Freud, a dominação sobre o sujeito cognoscente feminino e sobre o seu universo visitou. A filosofia ocidental é misógina, machista e androcêntrica.

A linha abissal do conhecimento precisa ser demovida de lugar. Outros lugares alhures silenciados precisam desenrolar e, quando preciso, reescrever o que foi dito pelo que se impôs ausente. Outras epistemologias precisam estar presentes, surgindo do sul, das raças e do feminino. A ecologia do reconhecimento deve alocar o epistemicídio feminino na sociologia das ausências, e presentificá-la na emergência para o cotidiano.

Se o conhecimento propõe a emancipação e a liberdade, consecutórios lógicos uma da outra, não há que se falar em emancipação e libertação de uma humanidade pela metade, sobretudo quando esta metade impõe à outra sua ausência e o discurso sobre o seu universo. A filosofia que, com categoria descreve e constrói o ideal de democracia não pode ser sustentada em pilares antidemocráticos.

## 5. REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus (Contra os pagãos)**. Parte II. Petrópolis: Vozes /São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990.
- ANDRIOLI, L. Ângela. **O corpo e a mulher na história da filosofia**: uma leitura a partir de Merleau-Ponty centrada na atual discussão sobre a corporeidade. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Monografias/corpo\\_mulher\\_filosofia.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Monografias/corpo_mulher_filosofia.pdf). Acesso em 28 de junho de 2014.
- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, UnB, 1985.
- AQUINO, Thomas São. **Suma Teológica**. [Tradução Coordenação geral: Carlos- Josaphat Pinto de Oliveira, OP et alii]. Tomo I-IX. São Paulo: Edições Loyola, 2001-2006, ISBN 85-15-02314-8.
- BAUER, Carlos. **Breve História da mulher no mundo ocidental**- São Paulo: Xamã. Edições Pulsar. 2001.
- BRAIDOTTI, Rosi. **A política da diferença ontológica**. In Brennan, T. (Org.). Para além do falo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In. RATTTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina revisitada**. Campinas, Papyrus, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHASSOT, Attico. **A Ciência é masculina?** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003b.
- \_\_\_\_\_. **A Ciência é masculina? É, sim senhora!...** Disponível em: [http://www.cimm.ucr.ac.cr/ciaem/memorias/xii\\_ciaem/124\\_ciencia\\_masculina.pdf](http://www.cimm.ucr.ac.cr/ciaem/memorias/xii_ciaem/124_ciencia_masculina.pdf). Acesso em 30 de junho de 2014.
- DALARUN, Jacques. **Olhares de clérigos**. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Dir.). História das mulheres no Ocidente: a Idade Média. Tradução de Ana Losa Ramalho et al. Porto: Afrontamento, 1990. v. II.
- DELUMEAU, Jean, **Os agentes de Satã III**: a mulher In DELUMEAU, História do Medo no Ocidente: 1300-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Acesso 22 junh 2014.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- EURÍPEDES. **Medeia**. Trad. da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Altântida, 1968.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução José Laurênio de Melo. Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **A mulher como “o outro”** – a filosofia e a identidade feminina. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2014.

FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos**. Vol XXI, Imago. (1927-1931).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estruturalismo e Pós-estruturalismo**. Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Trad. Elisa Monteiro, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

\_\_\_\_\_. O que são as luzes? In: **FOUCAULT, M. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. Verdade, poder e si mesmo. In: **Ditos e escritos: ética, sexualidade, política**. v. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GROSZ, Elizabeth. 2006. **Bodies and Knowledges: Feminism and the Crisis of Reason**”, in L. Alcoff e E. Potter.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5) 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/cadpagu\\_1995\\_5\\_2\\_HARAWAY%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/cadpagu_1995_5_2_HARAWAY%20(1).pdf). Acesso em 30 de junho de 2014.

HEGEL, G.W.Friedrich. **Filosofia do Direito**. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio. Trad. Paulo Meneses, et al. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LOCKE, Jhon. **Segundo tratado sobre o governo civil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas, São Paulo: Papyrus editora, 1993.

\_\_\_\_\_. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1988.

KRAMER, Heinrich. SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Introdução histórica, Rose Marie Muraro; prefácio Carlos Byington; tradução Paulo Fróes – 12ª ed – Rio de Janeiro. Record: Rosa dos Tempos, 1997.

MITCHELL, Juliet. **Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e a Mulher**. Belo Horizonte: Editora Interlivros, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para Além do Bem e do Mal in Obras Escolhidas de Nietzsche**, trad. Carlos Morujão, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. V.

\_\_\_\_\_. **A origem da tragédia proveniente do espírito da música.**  
Tradução e notas: Erwin Theodor, versão: eBook, 2006.

PLATÃO. **A República (livro V).** Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, 4a. ed.

\_\_\_\_\_. Leis. In **Diálogos**, vol.XII-XIII. Belém: Universidade do Pará, 1980.

\_\_\_\_\_. **Fedão.** Versão eletrônica. Trad.Carlos Alberto Nunes. Créditos da digitalização: Membros do grupo Acrópolis (Filosofia). Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/fedon.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2014.

PÉGUES, R. P. Tomaz. **A Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino em forma de catecismo.** Editora. S. C. J. Taubaté, 1942. Disponível em: [http://www.pr.gonet.biz/kb\\_read.php?num=1370&head=1&pref=pdf](http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?num=1370&head=1&pref=pdf). Acesso em 30 de junho de 2014.

PONTY, M. Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, 1999.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação – As minorias na Idade Média.** Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RODRIGUES, Luzia Gontijo, **Nietzsche e os gregos.** Arte e “mal-estar” na cultura. São Paulo: Annablume, 1998.

TIBURI, Márcia. **Há um sentido no feminismo filosófico?** Revista Cult, São Paulo, Maio, 2007. Disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/textos/mulhereseafilosofia.htm>. Acesso em 30.06.2014.

\_\_\_\_\_. **As mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento.** Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/15.shtml>. Acesso em 30.06.2014.

SANTOS, Boaventura. MENEZES, Maria (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo. Tradução de Mouzar Benedito, 2007.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. A criação da mulher: um artilho para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Isilda S.; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

SCOTT, Joan. "**Gênero:** uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade, v. 16, n. 2, 1990.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. **Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental.** Revista Ártemis. Número 3 – Dez, 2005. ISSN: 1807-8214.